

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano III | Volume 8 | Nº 22 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.5519980>



O FIM DA UNIÃO SOVIÉTICA E SEU IMPACTO NA ESQUERDA LATINO-AMERICANA

*Michel Goulart da Silva**

Resumo

Discute-se neste ensaio a influência do fim da União Soviética sobre as organizações de esquerda da América Latina nas últimas décadas. O ensaio estrutura-se a partir do uso de bibliografia acerca da temática. Procura-se demonstrar como vem sendo desenvolvidas as formas de organizações e, também, como isso impacta na estratégia política das esquerdas.

Palavras chave: América Latina; Socialismo; União Soviética.

Abstract

This essay discusses the influence of the end of the Soviet Union on left-wing organizations in Latin America in recent decades. The essay has been structured by the use of bibliography on the subject. It seeks to demonstrate how have been developed the forms of organizations and also their impacts on the political strategy of the left.

Keywords: Latin America; Socialism; Soviet Union.

O desmoronamento da maioria dos Estados autodenominados socialistas ou mesmo comunistas, no começo da década de 1990, certamente foi um dos fatos mais marcantes do final do século XX. Embora tenha sido um processo de vários anos, que passa por crises em países como China e Alemanha Oriental e pelo desmantelamento da União Soviética, reverberando também algumas rebeliões nas décadas anteriores em países como Tchecoslováquia e Polônia, possivelmente o evento simbólico mais lembrado é a chamada queda do Muro de Berlim, em 1989. Construído em 1961, dividindo a cidade de Berlim, o muro foi um dos principais símbolos das disputas políticas ao longo do século XX. Essa disputa, que se desdobrou desde o final da Segunda Guerra Mundial, foi marcada por embates retóricos, diplomáticos e, em alguns casos, militares, conhecida como Guerra Fria.

Se simbolicamente o Muro de Berlim é o evento mais lembrado, certamente o acontecimento de maior impacto político foi a queda do governo da burocracia stalinista na União Soviética. França (2015, p. 12) se refere ao “fim do socialismo” como um processo

[...] que se originou de forma mais categorial a partir de 1985, com a divulgação das reformas *Glasnost* e *Perestroika* de Mikhail Gorbachev e que foi consumado no período de 1989-1991

** Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). Email para contato: michelgsilva@yahoo.com.br



com a queda do muro de Berlim, a desintegração do Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECOM) e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O fim da União Soviética e o processo ocorrido nos demais países impactou as esquerdas, não sendo exagerado afirmar que “blocos de concreto que despencavam no muro de Berlim caíram sobre suas cabeças, sobretudo daqueles que possuíam maior afinidade com o sistema político de países como União Soviética, Alemanha Oriental, Romênia, dentre outros” (FRANÇA, 2015, p. 11). Percebe-se, ao analisar a história do século XX, uma

[...] dinâmica mundial que se voltava para o comunismo, fosse para combatê-lo – caso dos governos dos países capitalistas ocidentais, fosse para reivindicá-lo – como era o caso de todo o movimento operário mundial que, mesmo com críticas duras, via nos países do leste europeu um referencial de alternativa ao capitalismo” (FRANÇA, 2015, p. 56-7).

Embora fossem repúblicas controladas por uma burocracia, cujo regime político não estava estruturado em organismos de poder dirigidos diretamente pelos trabalhadores, no cenário de disputa mundial acabavam reunindo em torno de si a maior parte das tendências teóricas e políticas à esquerda. Esses regimes, independente do modelo que acabaram construindo, mostravam que era possível expropriar o capitalismo e, a partir disso, iniciar a construção de uma nova sociedade. Embora não sejam nem simples nem fáceis as explicações para esses regimes de transição não terem avançado ao socialismo, sabe-se que os fatores passam necessariamente pelas derrotas da revolução em diversos países e pelas opções políticas das direções revolucionárias. Não custa lembrar o prognóstico de Trotsky (2008, p. 75), quando afirmava:

ou a burocracia, tornando-se cada vez mais o órgão da burguesia mundial nos Estados operários, derrubará as novas formas de propriedade e lançará o país de volta ao capitalismo, ou a classe operária destruirá a burocracia e abrirá uma saída em direção ao socialismo.

O fim de quase todos esses países que expropriaram o capitalismo e levaram ao poder partidos que se reivindicam socialistas ou mesmo comunistas permite pensar diferentes elementos importantes para compreender o período posterior a 1989. O período está marcado por um avanço brutal do capitalismo, que, por meio de seus organismos internacionais e governos nacionais, impõe um modelo econômico de aprofundamento da dominação dos países, pela privatização de serviços e empresas públicas e pela flexibilização de direitos dos trabalhadores, em especial aqueles associados ao *welfare state*, como os trabalhistas e previdenciários. Em diversos países foram realizadas reformas dos mais variados tipos, buscando reduzir o gasto com serviços e ampliar o apoio financeiro a empresas e bancos.

No âmbito da esquerda, a crise dos países governados pela burocracia stalinista impactou o debate teórico. O marxismo acabou sendo associado, de maneira bastante equivocada, aos regimes



políticos que ruíram no Leste Europeu e na União Soviética. Em todo o mundo, na década de 1990, a maioria da intelectualidade, inclusive grande parte dos que se colocavam como de esquerda, aderiu à propaganda conservadora que apresentava o marxismo como algo nocivo e que deveria ser combatido. Conceitos centrais do marxismo, como luta de classes e modo de produção, passaram a ser atacados como obsoletos e insuficientes para analisar a realidade histórica. O passo seguinte foi negar a existência inclusive das classes sociais, ainda que cotidianamente trabalhadores em todo o mundo tentassem resistir à ofensiva capitalista (SILVA, 2010).

Produto dessa crise foi também o recuo da utopia. No contexto de queda dos aparatos stalinistas, “historiadores decretaram o fim prematuro do século XX a partir de então. Outros, ainda mais afoitos, afirmaram que presenciávamos o fim da história. Já aqueles mais criativos se preocuparam em cunhar novos conceitos, como o de globalização” (FRANÇA, 2015, p. 11). Nessa lógica, os regimes construídos no Leste Europeu teriam sido exatamente o que havia previsto Marx (mesmo que sejam raros os seus escritos que descrevem uma sociedade futura) e sua queda seria a prova de que sua utopia teria se mostrado um grande desastre para a humanidade. O socialismo e até mesmo o comunismo, confundidos com os regimes controlados pela burocracia stalinista, não teriam alcançado a almejada nova sociedade e, por isso, todos deveriam aceitar o capitalismo como realidade social e histórica final para a humanidade. Para muitos, isso teria significado inclusive o “fim da história”.

Outro elemento evidente foi a profunda mudança ocorrida em numerosos partidos comunistas, que passaram para o campo do centro ou mesmo da direita, como no Brasil e na Itália. Outro fator observável foi a migração da maior parte dos partidos de tradição social-democrata ou trabalhista para a defesa do capitalismo, em vários países fazendo governos aplicarem projetos de interesse da burguesia, como ocorreu no Brasil e na Inglaterra. Percebe-se também casos de partidos que, mesmo não sendo de uma tradição comunista ou social-democrata, mas que tiveram expressiva importância em lutas dos trabalhadores, também passaram ao terreno das reformas estruturais do imperialismo, como na Argentina e no México.

Na América Latina, diante da crise das principais organizações vistas como seus representantes pelo trabalhadores, foram construídas novas organizações de importante relevância social e política.¹ O zapatismo no México se constituiu logo no começo da década de 1990. No mesmo período também houve o crescimento do PT no Brasil, paulatinamente aumentando sua atuação parlamentar e vencendo as eleições presidenciais de 2002, ocupando um protagonismo que outrora tinha sido dos trabalhistas e dos comunistas. Na Argentina, em 2003, uma versão renovada do peronismo ganhou as eleições e diminuiu a instabilidade política pela qual o país vinha passando nos anos anteriores. Fazem parte desse

¹ Um breve panorama das principais mobilizações ocorridas na América Latina durante a primeira década do século XX foi apresentado em Silva (2006).



contexto também diferentes governos no Equador, no Uruguai e, mais recentemente, no Peru, além das sucessivas vitórias de uma esquerda mais tradicional no Chile.

Contudo, o protagonismo desse contexto coube a uma das mais profundas tentativas de novos projetos políticos. Na Venezuela, Hugo Chávez buscou construir o que chamou de “socialismo do século XX”, apontando para uma alternativa política com elementos nacionalistas mesmo que em um cenário de crise da economia internacional. O processo conhecido como “revolução bolivariana” avançou no processo de importantes reformas sociais e colocou em cena setores da classe trabalhadora organizada, ainda que não tenha avançado a ruptura com o capitalismo.

Na Bolívia, no mesmo sentido, além de reformas importantes, Evo Morales apostou na construção de um Estado que respeitasse a diversidade política e cultural do país. O movimento político organizado em torno do presidente mostrava características bastante particulares, no qual diferentes fatores afetavam o conceito de classe, afinal, “mesmo em se tratando de defesa de seus interesses econômicos, os *cocaleros* nunca se definiram apenas como camponeses, mas como indígenas plantadores e protetores de uma folha simbólica para sua cultura andina, a consagrada folha de coca” (URQUIDI, 2004, p. 197). No movimento *cocalero*, desde a conformação em defesa dos interesses imediatos

[...] observou-se a progressiva organização das suas ações em direção à criação de uma centralidade não de classe, mas de identidades imbricadas e não totalmente definidas, em torno de objetivos amplos, o que permitiu a aglutinação das forças sociais nacionais dispersas (URQUIDI, 2004, p. 197-8).

Embora essas organizações e projetos políticos não se propusessem a romper com o capitalismo, a América Latina se viu movimentado por mobilizações sociais e políticas e governos que apontaram para a necessidade de construir uma alternativa que, mesmo não sendo necessariamente socialista, mostravam no mínimo uma perspectiva de tentar um desenvolvimento autônomo de suas economias, colaborando entre si e com outros países da África e da Ásia. Em um balanço, pode-se afirmar que

[...] diferentes organizações, coletivos e intelectuais que acompanharam criticamente o rumo dos governos progressistas ressaltaram seus aspectos fundamentais: as limitações na remoção das características-chave da estrutura jurídico-normativa neoliberal; o aprofundamento do modelo extrativista explorador e seus efeitos de mercantilização; a dificuldade em superar uma matriz produtivista que reproduz as condições de dependência histórico-estrutural da região; e as reticências na concretização de reformas democráticas mais radicais e duradouras (TADDEI, 2018, p. 18-19).

As formas tradicionais de organização também foram transformadas ou mesmo superadas. Os presidentes Hugo Chávez e Evo Morales dirigiram inicialmente movimentos que posteriormente viriam



a se transformar em partidos. Em 2000, no Equador uma ampla frente de setores populares chegou ao poder por meio do Parlamento dos Povos, ainda que esta tenha sido uma experiência efêmera. Muitas das políticas dos governos considerados “progressistas”, como os de Lula no Brasil, foram elaboradas e discutidas no interior do movimento antiglobalização, em espaços de lutas e debates de movimentos sociais de todo o mundo, e que ganharam mais corpo nas sucessivas edições do Fórum Social Mundial.

No período posterior ao final da União Soviética, os grupos marxistas continuaram a existir, mas se limitaram a pequenas e cada vez mais fragmentadas organizações. Certamente muito dessa condição tem relação com sua falta de enraizamento da classe, o que os leva a buscar sua construção dentro de partidos com registro eleitoral. Muitos desses grupos participaram da construção de partidos de vanguarda organizados de forma ampla, reunindo um campo genericamente anticapitalistas, como é o caso do PSOL, no Brasil. Possivelmente a única exceção a essa tendência se deu na Argentina, onde dois partidos independentes, o PTS e o PO, alcançaram uma importante inserção no movimento de trabalhadores e, depois de se uniram numa chapa eleitoral, incorporando também outros grupos menores, vêm conquistando importantes votações.

Portanto, no período posterior ao fim da União Soviética, se percebe na esquerda latino-americana uma tentativa de encontrar novos caminhos tanto organizativos como teóricos. Uma forte marca de todas essas organizações e projetos políticos continua a ser o anti-imperialismo, em especial no enfrentamento direto com os Estados Unidos. Em termos estratégicos, consolida-se o abandono quase completo da perspectiva socialista, buscando-se utopias ou embasadas na diversidade de tradições culturais, como se percebe na experiência boliviana, ou em uma estratégia nacionalista, como na Venezuela. O discurso socialista continua principalmente no programa de pequenos grupos marxistas, bem como na defesa de Cuba, cuja defesa vem se tornando cada vez mais simbólica do que efetivamente prática.

Portanto, é preciso refletir acerca dessas questões mostrando as alternativas teóricas e políticas que foram debatidas e construídas nos últimos trinta anos na América Latina. Os trabalhadores seguiram em movimento, construindo novas organizações, construindo suas próprias mobilizações e refletindo acerca de suas táticas e estratégias políticas. Com isso é possível analisar suas perspectivas teóricas e propostas programáticas, problematizando sua caminhada e, também, passos que aponta para o futuro.

REFERÊNCIAS

FRANÇA, Teones. **Escombros do Muro de Berlim sobre a esquerda brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.



SILVA, Michel Goulart da. “30 anos após a ‘queda do muro’ de Berlim: a esquerda latino-americana”. **Religación**, n. 19, 2019.

SILVA, Michel Goulart da. “Revolução e socialismo: notas teóricas”. **Contra a Corrente**, n. 3, 2010.

SILVA, Michel Goulart da. “Um novo cinema militante”. **O Olho da História**, n. 9, 2006.

TADDEI, Emilio Horacio. “Relegitimação da governabilidade neoliberal, resistências populares e desafios emancipatórios na Argentina e em Nossa América”. *In*: LEITE, José Correa; UEMURA, Janaina; SIQUEIRA, Filomena (orgs.). **O eclipse do progressismo: a esquerda latino-americana em debate**. São Paulo: Elefante, 2018.

TROTSKY, Leon. **Documentos de fundação da IV Internacional**. São Paulo: Editora Sundermann, 2008.

URQUIDI, Vivian. “Movimento Cocaleiro na Bolívia”. *In*: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **América Latina: encruzilhadas da história contemporânea**. São Paulo: Xamã, 2004.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano III | Volume 8 | Nº 22 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima